



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero,  
feminismos, raça/etnia, sexualidades**

**Sub-eixo: Relações étnico-raciais, povos indígenas, negros/as, quilombolas,  
ribeirinhos e desigualdades**

**MUKA-MUKAÚ NA LUTA POR DESCARAVELIZAR A CIDADE E A ALDEIA**

**RAQUEL MOTA MASCARENHAS<sup>1</sup>**

### **RESUMO**

Apresenta tramas entre a retomada indígena e o futuro ancestral. Parte da categoria *descaravelizar*, como processo que canaliza pensamento e ação de indígenas mulheres reunidas na Wayrakuna, refletindo sobre etnocídio, pardismo e história. Expondo a retomada como pedagogia de luta que desvela o desterro do corpo-território indígena, persistente no espaço-tempo presente devido à memória ancestral.

Palavras-chave: indígena; descaravelizar; etnocídio; pardismo; história.

### **SUMMARY**

Presents plots between the indigenous resumption and the ancestral future. Part of the category of unmasking, as a process that channels the thought and action of indigenous women gathered at Wayrakuna, reflecting on ethnocide, pardism and history. Exposing resumption as a fighting pedagogy that reveals the exile of the indigenous body-territory, persistent in the present space-time due to ancestral memory.

**Keywords:** indigenous; uncover; ethnocide; pardism; history.

### ***Mukaú no espaço-tempo originário***

No território de Pindorama, redesignado Brasil a pouco mais de meio século, se autodeclararam como indígenas cerca de 1,7 milhão, expressando 305 povos e 274 idiomas (FUNAI, 2023), quando a cerca de meio século havia mais de 3 milhões de habitantes constituindo

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Ouro Preto



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

ao menos 1 mil povos distintos (FUNAI, 2019). É necessário, portanto, refletir sobre a dimensão do processo de violência caravélica que dizimou, mas não nos extinguiu. Como pensar e agir em relação ao perfil desses dados? Admiti-los como expressão final da totalidade da população indígena no país? Penso que somos potencialmente superior, considerando o quantitativo de que a maior parte da população brasileira, cerca de 92,1 milhões (45,3%) se declara como parda<sup>2</sup>. Categoria onde muitos de nós, indígenas, fomos guardadas – e/ou nos guardamos – do integracionismo e da tutela do estado nacional desde cinco séculos, por única possibilidade, por medo, por vergonha, por proteção, por sobrevivência, por resistência.

Mas, sobreviver não é viver! Por isso, nesse artigo venho apresentar a potência da *luta por descaravelizar* como um instrumento teórico-político-afetivo para possibilitar a ampliação do (re)conhecimento da *memória ancestral* por parentes que se autodeclaram como pardas. A categoria *descaravelizar* é aqui apresentada como processo que canaliza pensamento e ação de mulheres indígenas reunidas no Movimento Wayrakuna, uma rede plurinacional artístico-filosófica. Essas reflexões, portanto, consistem no fragmento de uma construção coletiva, sendo esse artigo uma contribuição, que não a resume e nem a limita.

A *luta por descaravelizar*, nesse sentido, confere ao pensamento-ação que reconhece a *cosmogonia caravélica* como fundadora da guerra civilizatória contínua que busca homogeneizar os corpos-territórios indígenas quanto mais for necessário a conformação do *mundo caravélico*. Por isso uma categoria que denuncia a morte e, também, poliniza a vida e semeia o bem viver. Ou seja, entendendo que o ciclo de invasão colonial europeia iniciado no século XV pelo homem branco europeu em deslocamento por caravelas, os *caravélicos*, portava o conteúdo e os instrumentos que dizimaram a diversidade do mundo da vida originária. Uma guerra que se inaugura e não se encerra no século XIX<sup>3</sup>, com os processos formais de independência e constituição dos Estados Nacionais das Américas. Esse espaço-tempo, ao contrário, se apresenta como um ciclo da constituição do *mundo caravélico* formatado como *moderno patriarcado androcêntrico racista produtor de mercadorias*, conforme hoje se encontra estabelecido em âmbito global, o capitalismo.

<sup>2</sup> A opção de autodeclaração “pardo”, desde 1940 quando foi incluída pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística na consulta censitária, passou por diversas definições e que, atualmente, diz respeito aquele que se identifica como a mistura de duas ou mais opções de cor, ou raça, incluindo branca, preta e indígena.

<sup>3</sup> O primeiro território americano a se constituir como um país é Estados Unidos, declarando independência do Reino Unido em 1776. No território latino-americano, Paraguai é pioneiro em 1811, declarando independência da Espanha. Brasil declara independência de Portugal em 1822, enquanto São Cristóvão e Nevis, colônia do Reino Unido, é o último país a se declarar independente em 1983. Permanecem 16 colônias que se somam aos 35 países que atualmente estão situados nesse continente.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

*Descaravelizar* é uma luta-categoria de construção coletiva no bojo do Movimento Plurinacional Wayrakuna (MPW) e do Grupo de Pesquisa Wayrakuna (GPW) – ambos constituídos por eu-nós, indígenas mulheres. Assim,

Wayrakuna somos nós, um movimento de indígenas mulheres, que teve sua origem desde a primeira caravela que atravessou os oceanos e atracou neste território apelidado de Brasil. Nasceu da resistência de insurgentes guerreiras originárias, insubmissas ao sistema colonial violentamente posto e tem se refletido na contemporaneidade. Wayrakuna é isso, a continuidade da luta de nossas antepassadas, é a insurreição da ordem que, por séculos, tenta nos invisibilizar e nos silenciar (WAYRAKUNA, 2023, p. 21).

Como inaugura Aline Ngrenhtabare Kaxiriana Lopes Kayapó, membra fundadora do MPW e do GPW, *descaravelizar* é enfrentar o processo de *caravelização* buscando desmoronar a pilha de violências que permanecem aprisionando corpos e mentes indígenas sob o projeto de civilização moderna. É preciso negar e superar o conjunto de ideias e práticas que normalizam a colonização como um processo natural de construção e organização da sociedade. E que, conseqüentemente, promovem o apagamento das origens étnicas de corpos-territórios como forma de negar a *memória ancestral*, em que está guardada o sentido de existir e a força de resistir em luta pela vida. Ou seja,

não deixaremos herdeiras de luta, porque seguiremos vivas, ainda que nos matem, continuaremos copiosamente existindo e dolorosamente florescendo sob os escombros dessa sociedade falida, que reza com as mãos sujas de sangue e ora de joelhos em templos erguidos sob os ossos de nossos antepassados. [...] As violências são muitas, os traumas que marcam gerações, uma após a outra, têm se aprimorado com o tempo, pois o sistema caravélico se recusa a recuar, enquanto as naus fétidas não param de chegar. Reelaboram suas ações, mudando as estratégias para que tudo permaneça como sempre foi desde a invasão (KAYAPÓ, 2023, p.33).

*Descaravelizar* é, portanto, retomar as raízes, a identidade, a história de quem veio antes e de onde viemos, para que saibamos aonde queremos chegar. Não é voltar ao passado, mas encher o presente de passado reconhecendo a *memória ancestral* como *sujeito histórico* que nos guia e nos dá sentido de continuar a caminhar leve sobre a Terra. Elencando a diversidade dos povos, situando o *ser* e a *estrutura social indígena* que (re)existe ao processo da guerra civilizatória contra a vida dos seres e seus modos de viver. Isso é *preencher o presente de passado*. Mirar o *espaço-tempo* de *Abya Yala*<sup>4</sup> como um pilar da história, constituído por seres já

---

<sup>4</sup> *Abya Yala* é o “nome em língua Kuna (povo que habita o território correspondente a Panamá e Colômbia) do continente que os colonizadores espanhóis nomearam ‘América Latina’. Significa: ‘terra em plena madurez’ ou ‘terra de sangue vital’” (MINÓSO, CORREAL, MUÑOZ, 2014, p.13). É “o nome que as nações autóctones escolheram em 1992, para designar esse continente, em vez de ‘América’ – uma homenagem a Américo Vespucci”. Ocorreu que “o líder boliviano aymara Takir Mamani propôs que todos os povos nativos utilizassem a denominação ‘Abya Yala’ em suas declarações oficiais, pois ‘aceitar os nomes estrangeiros em nossos povoados, nossas cidades e nosso continente equivale a subjugar nossa identidade à vontade de nossos invasores e seus herdeiros”. Culminou na criação do movimento *Abya Yala Sin Fronteras*, que visa “resgatar a sabedora ancestral, assim como a integração dos povos num



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

dotados de *liberdade*, e, não, como antecedentes primitivos do *ser* e da *estrutura social moderna* que o emancipará.

Afinal, como postula *Bárbara Nascimento Flores Borum-Kren* (2023, p.67), membra fundadora do movimento e do diretório de pesquisa Wayrakuna, “somos fruto de processos de colonização...Mas, e daí? O que faço a partir de agora? Continuamos caravelizadas ou buscamos recontar histórias e dar a oportunidade de nossa geração ter o acesso que muitas vezes não tivemos?”. E nesse rumo à descaravelização, a parenta Jamile da Silva Lima-Payayá, membra do movimento e do diretório de pesquisa Wayrakuna, evidencia que:

o que mobiliza os povos indígenas, portanto, não é apenas a necessária luta para fora, como foi atribuído ao movimento indígena (por exemplo, o ir ou direcionar-se à sociedade brasileira para reivindicar nossos direitos), mas também o das práticas que nos fortalecem enquanto povos. Nossa atuação política também se dá no entre que diz respeito à articulação da parentela, tanto quanto nos rituais e no cultivo da ancestralidade, ou seja, um para dentro que não é a reafirmação do mesmo (mesmidade), pois se dá nos e entre os povos (LIMA-PAYAYÁ, 2023, p. 123).

Nesse interim, busco contribuir para a construção dessa luta-categoria afim de *muká-mukaú*<sup>5</sup> nossa parentes violentadas e aprisionadas nos escombros do *mundo caravélico*. Apresento<sup>6</sup> três pontos para uma reflexão *descaravelizada* sobre o etnocídio, o pardismo e a história, encerrando com alguns pontos para pensarmos a relação da retomada indígena e o futuro ancestral.

### **Descaravelizando o etnocídio**

Reconhecer o *crime de etnocídio*, como o processo de homogeneização imposto aos *corpos-territórios indígenas* desde o início da colonização europeia a cinco séculos. Um processo que nem sempre é exitoso em matar fisicamente os indivíduos de um grupo étnico, o genocídio, mas que tem conseguido esvaziar o sentido da existência desses sobreviventes através do apagamento e negação de suas origens e valores culturais. É aquilo que Ailton Krenak (2021, p.51) alerta como um crime que nega o "universo constitutivo de uma identidade e de uma cosmovisão, de uma constituição de mundo de um povo". Ou seja, é a negação da autonomia de construir um mundo singular, ao mesmo tempo que impõe a hegemonia do *mundo caravélico*.

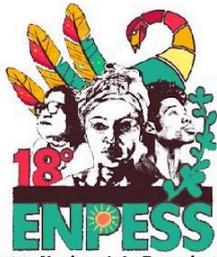
*Descaravelizar* o etnocídio é enunciar que o Estado Nacional é uma forma moderna de estruturar corpos-territórios sobre um padrão homogêneo que é alicerçado, majoritariamente, por

---

único continente e numa única Grande Nação, inspirado do Tawantisuwu dos Incas, que há mais de 500 anos iniciaram o grande processo integrador de Abya Yala" (CHAKARUNA, 2022, s/p).

<sup>5</sup> Na língua *Patxohã*, língua do povo Pataxó, pode-se entender *muká* [unir] *mukaú* [reunir].

<sup>6</sup> As reflexões apresentadas nesse artigo podem ser aprofundadas a parti da leitura de Pataxó (2024).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

homens brancos europeus, sejam navegadores, donatários, padres, bandeirantes, políticos, pastores, professores, etc. É esse mesmo *dna* caravélico que desmatou a mata atlântica para consumir pau-brasil e continua a agir na plantação de soja para alimentar bois na produção da carne na mata amazônica. Esse aparelho estatal, incluindo suas agências em todos os níveis, executa uma invasão continuada, evidenciando que sua atuação não está sob o interesse comum da vida e, sim, segue a matriz de interesse econômico-militar, expresso nas poucas corporações que consomem florestas, montanhas, rios, animais e pessoas. Essa governança moderna de corpos-territórios, portanto, é exercida por corporações que instituíram e utilizam os mecanismos dos Estados Nacionais para exercer sua dominação sobre os seres e seus modos de viver. O *poder caravélico* não é uma abstração e, sim, uma manifestação contínua, que se materializa majoritariamente por homens brancos focados na destruição dos seres para obtenção de dinheiro através do gerenciamento da corporação estatal-empresarial-militar.

O Estado, portanto, é uma ideia e estrutura organizacional que devemos negar e superar. Incluindo aquele *status* de cidadão que contém o objetivo de modernizar os corpos-territórios originários promovendo sua integração ao processo de *desenvolvimento rumo ao progresso* através, por exemplo, da constituição de políticas sociais. Essas que não são uma experiência restrita dos governos democráticos, pois servem de instrumento a qualquer modelo de gestão pública como forma de controle social e manutenção da condição de sobrevivência. Estas são um dos instrumentos de gestão moderna através do qual o aparato estatal centraliza serviços sociais e benefícios de transferência de renda para prestar assistência e apoio a sobrevivência da sociedade após ter desmantelado os modos de vida autônomos das populações originárias. Uma vez destituídas de seus corpos-territórios dominados pelos caravélicos, passa-se a tutela e dependência da rede econômica-assistencial do Estado e do mercado como mediadores da aquisição de suprimentos habitacionais, medicinais, alimentares, etc. Nessa perspectiva salários e políticas públicas são disponibilizados como substituto à autonomia e liberdade que indígenas gozavam antes de terem seus corpos e territórios tomados, buscando integrá-los ao mundo caravélico, cujo modo de organização social (desfor)matou mundos originários, vinculados à vida, visando hegemonizar o mundo caravélico, vinculado à morte. Como nos alerta Ailton Krenak,

o dilema político que ficou para as nossas comunidades que sobreviveram ao século XX é ainda hoje precisar disputar os últimos redutos onde a natureza é próspera, onde podemos suprir as nossas necessidades alimentares e de moradia, e onde sobrevivem os modos que cada uma dessas pequenas sociedades tem de se manter no tempo, dando conta de si mesmas sem criar uma dependência excessiva do Estado (KRENAK, 2019, p.39-40).

Em que pese a defesa do corpo-território como luta ancestral, e os parentes indígenas que não mais tem *redutos com natureza próspera*, para onde retornar?

### ***Descaravelizando o pardismo***

Reconhecendo esse processo etnocida contínuo a que somos vitimadas, *descaravelizemos* o entendimento sobre o *pardismo*, entendendo-o enquanto processo de instituir os *corpos-territórios indígenas* em um *não-lugar*. Trata-se de ver e dar visibilidade a persistência de termos continuado a nascer e manter a *memória ancestral* viva em nossos corpos-territórios, ainda que tenhamos sido constantemente obstaculizadas a ter um lugar onde ser e estar. Nesse sentido, a estatística censitária através do termo *pardo* expressa ao mesmo tempo que constitui o processo de apagamento da consciência da identidade étnico-racial indígena, logrando a necessidade de “pura raça” para que indivíduos e/ou povos originários demandassem seu lugar de origem. Sob a declaração, por exemplo, de índia e/ou caboca, afirmam e generalizam um lugar étnico que é singular. Igualmente, como um não-lugar, a declaração parda esconde ao mesmo tempo que guarda a permanência de indígenas constituindo a população. De modo que, como salienta João Pacheco de Oliveira,

dada a grande heterogeneidade interna da categoria censitária “pardo”, não é possível explicar tais variações exclusivamente pela análise estatística, sendo necessário recorrer a fatos e argumentos de natureza histórica. O que se registra em cada região como pardo tem uma origem histórica e uma realidade étnica absolutamente distinta e singular. No norte, para onde não existiu uma significativa transferência de escravos negros nem convergiram extensos fluxos de imigrantes, a categoria “pardo” evoca predominante e necessariamente a ascendência ou a identidade indígena (OLIVEIRA, 1997, p. 69).

Apesar das recorrentes e violentas imposições de mudança forçada de nossos modos de viver e da forma como nos afirmamos ao mundo, somos seres originárias que insistem em *retomar* o espaço-tempo. Nossas vidas são raízes profundas, que permanecem mesmo quando cortam nossos caules e folhas, mas que passam despercebidas por aqueles que as vezes olham apenas a superfície da história de um corpo-território. Apesar de sermos, muitas vezes, invisibilizadas pelas podas dos *caravélicos*, permanecemos no solo e rebrotamos como indivíduos, comunidades, povos, que pertencem e crescem com a potência de quem sempre esteve ali, ainda que sejamos negadas, a *memória ancestral* persiste.

Estamos *aterradas*, habitando um corpo-território em que nosso existir é preenchido de sentido, em que se pode estar e ser. O fato é que várias parentes reconhecem a *memória ancestral*, sabendo sobre aterramentos que confluem para *assentamentos primordiais de suas antepassadas*. Desvelando onde e como circulamos, nos movimentando pelo espaço-tempo em



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

interação com os demais seres que também circulavam em seu próprio processo de existir em autonomia e liberdade, numa visão que não nos restringe ao denominado *nomadismo* como *imposição da privação de recursos*. O nosso habitar conflui nosso corpo com os corpos de outros seres de forma particular na constituição de um território étnico singular, informando que constituímos bosques, florestas, matas, como sinergia de plantar e colher a saúde, seja de nossos corpos, seja do território, que em suma se faz como uma unidade de diversos.

Mas, os caravélicos entenderam uma ausência de cartografia social, ao invés de bosques, viram selvas. Sem saber da felicidade de sermos selvagens, a organicidade de nossos mundos originários foi indesejada e desmantelada por mecanismos violentos de impor a nova cartografia caravélica, que nos aldeou em reservas, sítios e cidades, nos amontoando em pequenas porções de terras, ilhadas pelo urbano ou agronegócio. Como nos alerta Ailton Krenak, na formação social brasileira tem-se a *aldeia* instituída como o pilar da nova cartografia, inaugurando *status* diferenciado para aquelas que vivia na aldeia, como pessoa civilizada, e aquelas que vivia no mato como Índia selvagem. Logo,

se consideramos o histórico de oposição entre os assentamentos urbanos e os territórios de floresta, podemos considerar o seguinte: a ideia de aldeias indígenas foi trazida de Portugal e implantada pelos jesuítas. Não tinha aldeia indígena aqui [no Brasil], isso é uma categoria de assentamento instituída pelo poder colonial. Eram levadas para as aldeias aquela gente indígena considerada bárbara, gentio, assim que se referiam àquela gente que ainda tinha rituais. [...] Tem uma clara marcação entre povos indígenas que viviam dentro e fora dos aldeamentos. Existem muitas cartas de governadores pedindo reforços ao Rei porque as aldeias eram atacadas pelos “gentios”. Ora, se aldeia fosse lugar de índio, eles não atacariam aqueles lugares. [...] Na verdade, nem as aldeias jesuíticas, nem as missões dos Sete Povos eram lugar de índio – eram reduções para onde índios eram levados (KRENAK, 2019, p. 8-9).

Apesar da inicial resistência contrária ao confinamento – o processo de aldeamento – tempos depois, o mesmo Estado que concebeu *a aldeia para civilizar a Índia*, afirmou que *somente é Índia aquela que está na aldeia*. Uma armadilha temporal! Primeiro, sendo *Índia aldeada será civilizada* para em seguida *não sendo aldeada não será Índia*. Em ambas as arapucas se almeja capturar a indígena, seja ela reservada no lugar ou em trânsito nos lugares, para conduzi-la ao seu *não-lugar*: aquela que não tinha cultura, como Índia, agora padece aculturada, como parda.

Mesmo destituídas da liberdade e forçadas a sobreviver pelo trabalho, remunerado ou não por dinheiro, seguimos sendo *sujeitos coletivos*, indígenas enraizadas no solo da história, mesmo que aprisionadas pelo pardismo: a violência de negar acesso e/ou afirmação do lugar ancestral. Como cerca que aprisiona e correntes que calam, a condição de parda denuncia a presença da indomável *memória ancestral*. Negando a formatação caravélica do espaço-tempo que manipula

nossa identidade étnico-racial, avancemos em direção à unidade dos propósitos que constituem o ser-estar indígena?

### ***Descaravelizando a história***

*Descaravelizar* a história da fundação do mundo étnico singular e, também, da guerra caravélica que a dizima. Reconhecemos a *memória ancestral* como *sujeito histórico* que afirma: estamos vivas! Confrontando o *apagamento* da existência dos mil povos e do ser-estar indígena como uma protoforma primitiva de ser-estar humano. Somos em nossa diversidade de mundos originários a marca viva de que o mundo caravélico nos violou, sim, mas não nos exterminou. Nós podemos, então, provocar outras parentes a memorar o seu lugar originário do qual nunca se ausentaram, apenas estivera nele guardada pelos ancestrais e/ou aprisionada pelos caravélicos.

Ter em mente os processos de violência trazidos pela negação da liberdade e autonomia de compor uma etnia, esse mundo originário singular de onde advimos, não deve nos distanciar de nosso lugar de origem, nossos *assentamentos primordiais*. Os caravélicos nos obrigaram a abandoná-los por considerá-los insalubres, feitos de materiais perecíveis, conduzindo-nos a habitar unidades sanitizadas, de materiais perenes; bem como considerá-los promíscuos, por seres habitados em coletividades, ordenando-nos em unidades que portam a família nuclear moderna; e demoníacos, por serem estruturados por um mundo simbólico sensível, catequizando-nos a crenças concretas. A estruturação do mundo caravélico remonta, portanto, a própria desestruturação de nossos mundos originários, culminando no *desterramento*<sup>7</sup> de muitas parentes e, às vezes, de um povo indígena inteiro.

Assim, o mundo caravélico domina a paisagem e os seres que a compõem – renomeando e ou enterrando vivo os rios, as matas, as montanhas, as pessoas – e instituindo a cidade – aquele lugar em que moram os que não podem (ou já não sabem) como viver nas montanhas, nas águas e nas matas. Conformando esse espaço civilizado, os caravélicos demonstram sua *mentalidade de catacumba* (KRENAK, 2022), colocando uma lápide de concreto em tudo que for possível urbanizar para sanitizar. Em oposição, descaravelizar o futuro é semear a vida e polinizar o bem viver, enquanto uma estratégia de negar o *não-lugar*, pois temos um lugar, o lugar de indígenas, que sou-nós. Por isso, aldeadas em reservas ou em cidades, ou não, é necessário interagir com o

---

<sup>7</sup> essa mudança foi tão dramática que algumas pessoas se negaram a morar naqueles bloquinhos e ficaram abandonadas; já não tinham sua aldeia, nem a nova aldeia feita pelos padres. Outros muitos adoeceram, tendo que ficar em cubículos fechados. Isso desestruturou as relações internas entre as famílias, causando muito dano. [...] obrigando as pessoas a repensar como se relacionar numa nova configuração (KRENAK, 2019b, p. 10).

*lugar de origem* e os tantos outros *lugares originários*, se permitindo refletir sobre como podemos promover o futuro da vida nesse mundo caravélico de culto à morte?

Evoquemos a *memória ancestral* para despertar esses olhos d'águas e bocas de matas que desejam poder fruir alegria e prazer, emergindo dos escombros que o soterraram com concretos, ferros, lajotas e lixo. Os seres que existem no presente nos contam, com palavra e/ou silêncio, o que houve no passado e, assim, devemos ter com eles nossa ocupação no dia a dia, para que exista um futuro para nós e os que ainda virão. Cuidar dos seres diante as condições reais de existência é promover um futuro em que os modos de viver deles e o nosso ainda seja uma possibilidade. É assim que nossos ancestrais viviam e nos ensinaram a viver, assim devemos viver e ensinar aos que viram depois de nós. Assim,

a gente volta ao começo da nossa conversa, quando os índios que começaram o movimento eram considerados não mais índios, porque não precisavam do passe do administrador do governo para circular. Agora já estamos falando numa circulação em outro termo, que é a possibilidade de circulação de ideias, de interação dessas pessoas com condição indígena interagir com o mundo (KRENAK, 2018b, p. 6-7).

Circular entre mundos sem deixar de ser indígena é um processo real vivido quem conhece a história da criação do mundo da vida, pois honram sua memória ancestral mantendo conectado seu corpo com seu território, seus ancestrais, seu modo de viver, apesar da violência que persiste em tutelar e/ou integrar a todos ao mundo dos mortos. Encarando o desafio de ser-estar de modo consciente, vincular-se à memória ancestral é o caminho possível para um existir cheio de sentido na fronteira desses mundos cosmogônicos em guerra. Afinal, resistimos frente a formatação de clientes do mundo caravélico, no lugar de cidadão-consumidor que revela o processo civilizatório como fundador do indivíduo útil, se produz mercadorias e/ou possui dinheiro para consumi-las, e inútil, se não apto a essas funções. Em que a existência é esvaída de sentido e sua finalidade é ser empregada da produção de qualquer coisa que logo será descartada. Um falso dilema caravélico que anuncia a morte: seja útil para sobreviver. Mas a vida não é útil e sobreviver não é viver, pois

enquanto um povo ainda tem a sua potência, a sua memória, tudo o que sai daquele lugar é arte, tudo. Um remo é arte, a canoa é arte, um balaio é arte, um boneco é arte. Se produzir mil iguais, aí não tem sentido chamar aquele objeto de arte. Aquilo é uma série e me parece que há 100 anos não havia nenhuma cultura no mundo capaz de atender à encomenda de produzir 10 mil objetos iguais. Foi o evento da industrialização que inventou o negócio de 10 mil iguais (KRENAK, 2021, p. 75).

A *experiência de sobreviver como centro do mundo caravélico* não pode impedir de ouvir a *memória ancestral* que nos alerta: não somos criadores do *mundo do trabalho*, cuja plataforma é integrar os humanos para que transformem a natureza, conseqüentemente, empreguem sua força



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

de trabalho na produção de coisas, em troca de remuneração como instrumento de adquirir o que se precisa para sobreviver. Ao contrário, a *experiência de viver como centro do mundo originário* é rica desse pensamento que é legado a cada geração, pela oralidade e pelo silêncio, que também o constitui e o recria como modo de viver na Terra, em interação com os seres que coabitam esse planeta. Esse *mundo da vida* é construído por cada ser vivente que o compõe, pois não se trata de itens de um armazém de recursos, são seres com os quais instituímos a interação de ser-existir.

A *memória ancestral* é o *sujeito histórico* que nos ensina tudo isso. É possível refletir que muitas de nós indígenas passamos por essa experiência de *viver*, existindo em interação com outros seres, até que foi violentamente formatada à experiência de *sobreviver* como trabalhadora e consumidora do planeta, reproduzindo a forma de ser-estar caravélico na Terra?

### ***Muká no futuro ancestral***

Acolher e ou erguer parentes sob os cacos de seus mundos. Dessa tarefa também se nutre a *retomada indígena*<sup>8</sup>, que se ergue ousadamente no *espaço-tempo presente*, tanto para recuperar o passado quanto para redimir o futuro, um processo complexo de superação do medo de ser quem se é, de ser o *outro*, aquele que não é eu-caravélico. Um processo que é ponto de partida necessário para aquelas que desejam estar consciente e ser ativa na composição do novo equilíbrio do mundo da vida na Terra.

Como reconheceu Rosane Freire Lacerda (2021, p. 205-206), a *retomada* é capaz de desvelar "a consciência da anterior e injusta perda da posse [do corpo-território] que, por mais longínqua que tenha ocorrido no tempo, não é vista como um fato consumado, mas como uma injustiça presente a ser reparada". Portanto, como esse processo complexo de luta contra a tutela e o integracionismo, estabelecemos a *retomada* sem a anuência e amparo dos tutores que nos violentam. Lutamos contra um marco temporal que busca negar a identidade étnica, nutrindo-a com a afirmação de nosso corpo-(e)-território. Através desse processo autogestionário, requeremos providências coletivas acerca do planejamento e execução das (re)ocupações de terras, impactando tanto em âmbito institucional, efetivando pressão política para iniciar análises demarcatória, como em âmbito pedagógico, constituindo experiências contestatórias à

---

<sup>8</sup> No final da década de 1970 durante o regime ditatorial civil-militar no Brasil, os povos indígenas diante as condições precárias de vida enquanto trabalhadores rurais e urbanos, priorizaram a mobilização de retorno autônomo das comunidades para suas terras. Durante a década de 1990 e 2000, com a redemocratização brasileira e promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, esse processo se amplificou no território nacional, ficando nomeado como *retomada* (lacer, 2021).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

administração tutelar via, por exemplo, o reconhecimento étnico como povos não extintos. A *retomada* emerge historicamente, então, como *pedagogia de luta e autodeterminação indígena*, ou seja, uma experiência pedagógica em que "o próprio processo em si que, envolvido num complexo de ações, expressa o exercício coletivo de um ensino e aprendizado mútuos que se concretizam na própria prática das lutas" (LACERDA, 2021, p. 217). Estabelecemos uma práxis pedagógica na qual somos os sujeitos ativos e criadores de nosso próprio mundo, pois, na *retomada* promovemos a *formação* de seres para erguer e habitar um novo mundo, porque "o Bem Viver são corpos vivos em uma terra viva" (KREKAK, 2020b, p.19-20).

Imersos no *pardismo*, permanece o *corpo dormindo*, então, despertar é algo urgente<sup>9</sup>! A *retomada* vislumbra por *corpos acordados* e sabidos de que seu lugar não é o desterro e sua existência originária é possível na interação consciente com o povo que compõe. Podemos, então, recepcionar o *sujeito histórico* que acorda parentes do sono do *pardismo*? Pois se trata de reconhecer a *memória ancestral* em seu assento de maestra da *retomada*, que revela a origem, no passado e no futuro de todas nós. O lugar de origem não como algo a que se deve exercer como cópia, mas como um balaio que nos trouxe até aqui em segurança e que agora somos nós quem o guarda em proteção. Cujo conteúdo é para ser compartilhando e, também, renovado em interação com os outros seres e seus modos de viver. Um balaio do qual não temos medo, pois ele ampara a nós e aqueles que o (re)conhecem.

Também, por isso, o *futuro é ancestral*. Em que retomamos corpos-territórios evocando as múltiplas cartografias existentes em que parentes, humanos, águas, montanhas e florestas continuam vivos e escapam dessa condição fatídica que o mundo da vida está se findando, visto a destruição dos mundos originários. Obviamente, não se trata de afirmar aquilo que negamos, sobre a busca por eternização da matéria, mas de constituirmo-nos como seres livres, capazes de existir por transmutar entre formas materiais e sociais e, para além dessas, continuar existindo. Assim, "se há futuro a ser cogitado, esse futuro é ancestral, porque já estava aqui" (KRENAK, 2022, p. 11).

---

<sup>9</sup> O fato é que "enquanto as bases materiais da nossa vida cotidiana estão funcionando, operantes, a gente não se pergunta de onde vem o que consumimos. Na maioria do tempo, as pessoas mal respiram ou têm consciência do que põem na boca para comer. Apenas quando há um desastre, os indivíduos, desplugados das fontes de suprimentos, começam a sofrer e a se questionar. Quem sobrevive a uma grande catástrofe costuma pensar em mudar de vida porque teve uma breve experiência do que é, de fato, estar vivo. Existem muitos povos vivendo situação de perdas, de catástrofe, de guerra. Ouvir sobre como essas pessoas agem para sair de um trauma profundo, olhar ao redor de si e recomeçar sua jornada nisso que chamamos 'seguir vivendo', pode ser instrutivo, mas não substitui a experiência" (KRENAK, 2020a, p. 106-107).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Saber que nosso lugar não é o desterro, honrando nossas imemorráveis antepassadas, ancestrais e encantadas para juntas tecermos o *futuro* no lugar ancestral que é o corpo-território, sem essa ideia progressiva e ascendente do tempo. Afinal, o futuro como um ancoramento temporal não existe, pois o que existe é o presente no qual imaginamos o que vai acontecer no devir. Por isso, conceber que *o futuro é aqui e agora* é nossa estratégia de driblar a prospecção de um eterno mundo caravélico, pois, não podemos preferir os riscos de nos apegar aos inúmeros futuros como uma probabilidade, distópica ou não, e toda carga de angústia, ansiedade e depressão que ela deposita sobre nosso físico-mente-espírito. O presente, que está cheio de passado e de futuro, é que deve nos ocupar, pois é a vida que nos preocupa e ocupa, e não a morte.

Se é fato que o desterro conduziu muitas parentas à condição de *indígena despossuída* do corpo, como *parda*, e do território, como *pobre*. Processo que *o mundo caravélico* normalizou como ato louvável de integração desse corpo-território indígena através do qual acreditavam subtrair seu pertencimento originário. Anunciemos que erguer um mundo em cima de cemitérios indígenas só guarda nossas raízes, para que rebrotemos em nossa originalidade através do caminho de *retomada* para "lutar contra esse estigma que estava marcado para nosso destino comum, que era de todos os índios irem para o fim da fila dos desapropriados de tudo"<sup>10</sup> (KRENAK, 2018a, p.9).

A *luta pela descaravelização* é honraria à *memória ancestral* através da ação de recusa à crença equivocada sobre, por exemplo, o etnocídio, o pardismo e a história. Refutamos o mundo caravélico, que nega o nosso passado, pois acreditamos que *nossos outros mundos existem*, apesar de tudo, e muitas parentas ainda estão por despertar. Estamos aqui, Wayrakuna, revirando os escombros e defumando os mantos nos quais nos curaremos!

---

<sup>10</sup> No Brasil, por exemplo, podemos visualizar o processo em que, uma vez aldeado não poderia usufruir de livre circulação entre lugares, pois "eram considerados não índios os que circulavam sem passe. Se você andava por aí e um chefe de posto não te controlava, você não era mais índio. Além dessa claquete de dizer que quem usa calça jeans, relógio e óculos não são mais índios, eles também tinham essa de quem circulava sem carteirinha e o vale transporte da FUNAI e do chefe de posto, não era mais índio. 'Ele já está emancipado'. Então a emancipação era compulsória. Ao invés de avançar o exercício da cidadania, [...], aquilo era percebido como um dar de mãos para a emancipação. Eu lembro de uma fila enorme no INPS, que dobrava a calçada, virava e sumia para outras ruas. Lá no fim daquela fila tinha uns camaradas todos bonitos, parecendo uns lutadores de huka-huka do Xingu. Era o fim da fila do INPS, o fim da fila dos pobres. Era o lugar onde eles iam colocar os "emancipados". Então a emancipação dos índios era colocar eles no fim daquela fila da pobreza" (KRENAK, 2018a, p.9). Ou seja, "o Brasil se especializou na produção de pobres. Nossa tecnologia para produzir pobreza e mais ou menos assim: a gente pega quem pesca e colhe frutos nativos, tira do seu território e joga nas periferias da cidade, onde nunca mais vai poder pegar um peixe para comer, porque o rio que passa no bairro está podre. [...] Se você tira um Yanomami da floresta, onde ele tem água, alimento e autonomia, e bota em Boa Vista, isso é produção de pobreza. Se expulsa o pessoal da Volta Grande do Xingu para fazer uma hidrelétrica, mandando para um beiradão de Altamira, você está convertendo-o em pobre" (KRENAK, 2022, p. 56-57).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

## Referências

- BORUM-KREN, Bárbara Flores. O que os feminismos e o ambientalismo podem aprender com as lutas de indígenas mulheres e o Bem Viver? In: WAYRAKUNA. **Polinizando a vida e semeando o Bem Viver**. KAYAPÓ, Aline Ngrehatabare Kaxiriana Lopes; LIMA-PAYAYÁ, Jamille da Silva; SCHUBERT-TUPINAMBÁ, Arlete M. Pinheiro (org.) 2023.
- CHAKARUNA. ABYA YALA SIN FRONTERA. Disponível em: <http://hernehunter.blogspot.com/2009/07/entre-america-e-abya-yala.html>. Acesso em: 16 fev. 2023.
- FUNAI – FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS. **Site institucional**. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao>. Acesso em 05 nov. 2019.
- \_\_\_\_\_. Dados do Censo 2022 revelam que o Brasil tem 1,7 milhão de indígenas. **Cidade**, 07 ago. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/dados-do-censo-2022-revelam-que-o-brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas>. Acesso em: 18 ago. 2023.
- KAYAPÓ, Aline Ngrehatabare Kaxiriana Lopes. Descaravelize-se. In: WAYRAKUNA. **Polinizando a vida e semeando o Bem Viver**. KAYAPÓ, Aline Ngrehatabare Kaxiriana Lopes; LIMA-PAYAYÁ, Jamille da Silva; SCHUBERT-TUPINAMBÁ, Arlete M. Pinheiro (org.) 2023.
- KRENAK, Ailton. A Potência do Sujeito Coletivo – Parte I. **Racismo Ambiental**, 02 jun. 2018a. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2018/06/02/ailton-krenak-a-potencia-do-sujeito-coletivo-parte-i/>. Acesso em: 17 jul. 2023.
- \_\_\_\_\_. A Potência do Sujeito Coletivo – Parte II. **Racismo Ambiental**, 02 jun. 2018b. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2018/06/02/ailton-krenak-a-potencia-do-sujeito-coletivo-parte-ii/>. Acesso em: 17 jul. 2023.
- \_\_\_\_\_. Ideias para adiar o Fim do Mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- \_\_\_\_\_. A vida não é útil. São Paulo: Companhia das Letras, 2020a.
- \_\_\_\_\_. Caminhos para a cultura do Bem-Viver. Organizador do e-book Bruno Maia. Rio de Janeiro: 2020b.
- \_\_\_\_\_. Norma jurídica não é poesia. Entrevista de Ailton Krenak a Yussef Campos. In: CAMPOS, Yussef; KRENAK, Ailton. Lugares de origem. São Paulo: Jandaíra, 2021.
- \_\_\_\_\_. Futuro Ancestral. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- LACERDA, Rosane Freire. A “Pedagogia Retomada”: uma contribuição das lutas emancipatórias dos povos indígenas no Brasil. **Interritórios**, v.7, n.13, 2021.
- LIMA-PAYAYÁ, Jamille da Silva. Indígena Mulheres em movimento: ventos que polinizam. In: WAYRAKUNA. **Polinizando a vida e semeando o Bem Viver**. KAYAPÓ, Aline Ngrehatabare Kaxiriana Lopes; LIMA-PAYAYÁ, Jamille da Silva; SCHUBERT-TUPINAMBÁ, Arlete M. Pinheiro (org.) 2023.
- MIÑOSO, Yuderlys Espinosa; CORREAL, Diana Gómez; MUÑOZ, Karina Ochoa. Introduccion. In: MIÑOSO, Yuderlys Espinosa; CORREAL, Diana Gómez; MUÑOZ, Karina Ochoa (orgs.). **Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala**. Popaván: Editorial Universidad del Cauca, 2014.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. Pardos, mestiços ou caboclos: os índios nos censos nacionais no Brasil (1872-1980). **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 3, n. 6, p. 61-84, out. 1997.
- PATAXÓ, Raquel Mota Mascarenhas. **O canto do Antropoceno: questão ambiental como emergência do espaço-tempo presente**. Tese - Doutorado em Serviço Social, Universidade Federal de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.
- WAYRAKUNA. **Polinizando a vida e semeando o Bem Viver**. KAYAPÓ, Aline Ngrehatabare Kaxiriana Lopes; LIMA-PAYAYÁ, Jamille da Silva; SCHUBERT-TUPINAMBÁ, Arlete M. Pinheiro (org.) 2023.